

ARUANÃ-GO: IDENTIDADES E FRONTEIRAS ÉTNICAS NO RIO ARAGUAIA

Leandro Mendes Rocha*

Resumo: pretendo apresentar a formação da cidade Aruanã-GO e os processos de territorialização decorrentes das relações entre os índios Karajás da aldeia Buridina e os habitantes não índios da cidade com ênfase nos processos identitários que envolvem essas duas populações.

Palavras-Chave: rio Araguaia, Identidades, Fronteira

Abstract: *I want to make the formation of the city Aruanã-GO and the processes of territorial resulting from the relationship between the Indians Karajás of Buridina village and the inhabitants of the city not Indians with emphasis on identity processes involving these two populations.*

Key words: *Araguaia river, identities, borders*

Pretendo neste artigo tratar da história recente de uma pequena comunidade de índios karajá que aos poucos se viu engolfada por um núcleo urbano, a cidade de Aruanã Go. Os karajá se subdividem em Karajá, Javaé e Xambioá que fazem parte de uma mesma família lingüística. Este povo se autodenomina Iny. O seu território tradicional se estende por toda a região do vale do Rio Araguaia abrangendo os estados de Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Pará. Atualmente vivem em 29 aldeias que se estendem de Aruanã Go (aldeia de Buridina) até Santana do Araguaia na divisa de Goiás com o Pará.

Os karajá da aldeia de Buridina viram seus territórios tradicionais aos poucos serem reduzidos ao ponto de, até muito recentemente, terem sido confinados a um pequeno conjunto de casas à beira de um barranco que está sendo aos poucos erodido pela ação do rio Araguaia.



Algumas questões se colocam: como essa comunidade logrou sobreviver às vicissitudes do contato? Quais as estratégias utilizadas pelos atores sociais no processo de resurgimento étnico vivido pela comunidade de Buridina nos anos 1990? Como foi possível a essa comunidade sair da condição de “remanescentes” pobres, vítimas de toda a sorte de desenganos para a de uma comunidade até certo ponto ciosa e orgulhosa da sua condição de índio?

Um Resumo de uma História Marcada por Fome, Violência e Desenganos

No local onde se localiza hoje a aldeia de Buridina foi construído em meados do século XIX, o Presídio de Leopoldina (1949) e que foi objeto de constantes guerras e escaramuças com os índios tendo sido destruído inúmeras vezes.(ROCHA, 1998).

Nesse local, a partir de 1868 foi implantada pelo general Couto de Magalhães a navegação a vapor no Araguaia, tendo os karajá sido utilizados como força de trabalho nessa atividade. Com a construção do Presídio de Leopoldina, surgiu um povoado com o mesmo nome. A presença dos karajá nas proximidades do Presídio data de fins do século XIX. Inicialmente, foi constituída uma aldeia mais abaixo da atual (Buridina). Essa aldeia foi identificada como sendo a de Xixamando¹. A índia Lídia Dikuria, filha do antigo cacique Kapitxana, tido como fundador da aldeia e esposa do falecido cacique Maurehi apontou o local do antigo aldeamento, fato que foi comprovado nas escavações arqueológicas. Em 1914 há referências aos karajá habitantes de uma praia defronte à vila na margem mato-grossense do rio, chefiada pelo cacique Kapitxana. Era uma pequena população pertencente a uma mesma parentela.

Os moradores da cidade de Aruanã e de Buridina descrevem a década de 1940 como sendo um momento de grande vigor da aldeia que era apontada como a maior entre as aldeias karajá. Esse período foi seguido por uma gradativa redução da população em decorrência de doenças, divergências internas e pressão territorial das frentes agropastoris e do crescente núcleo urbano de Aruanã.

Em 1958 foi criado o município que deu origem à atual cidade de Aruanã. Devido à expansão da cidade e ao crescimento da pecuária o território karajá foi sendo reduzido cada vez mais. Uma carta do prefeito dirigida à Funai exprime bem essa situação. Nesse documento, percebe-se que os índios são praticamente apagados da memória local, sendo tratados como remanescentes que (sic) “há anos que se foram”:

“A prefeitura Municipal de Aruanã tomando conhecimento das precárias condições de vida e saúde em que vivem os últimos sobreviventes da empolgante e bonita aldeia dos karajá de Aruanã há anos que se foram, era atração turística e portanto orgulho dos habitantes de Aruanã, resolve comunicar com urgência que: Hoje, lá não existe senão fome e doenças diversas, mas que por solidariedade humana e pela interferência da Prefeitura com o seus mínimos recursos vem dando assistência no que é possível, mas se resultados, porque a situação se agravou barbaramente. A aldeia pela sua localização está colocando em risco a comunidade de Aruanã, localizanda entre a cidade antiga e a cidade nova projetada com mais 200mts do Grupo Escolar e do Ginásio Municipal, com mais de 600 alunos. Solicitamos urgentes providências desse competente órgão, no sentido da remoção dos índios contagiados e a solução imediata com um trabalho médico, dentário e sanitário na aldeia.....”(Carta do Prefeito de Aruanã Apud: PORTELA, Cristiane de Assis. Nem resurgidos nem emergentes: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006. p.233 Dissertação de Mestrado em História).





Imagem 01: casas de veraneio nas vizinhanças da aldeia de Buridina (acervo do autor, 2007).

A situação em 1978 era ainda mais grave. A aldeia viu-se reduzida, espremida em cerca de 200 metros de largura por 200 de comprimento, tendo nos fundos do terreno uma via de mão dupla. Nas vizinhanças encontram-se terrenos particulares e um colégio e uma colônia de férias do SESI em pleno funcionamento. Os índios afirmam que sua área foi se reduzindo progressivamente, que no passado mantinham roças do lado do estado do Mato Grosso e que não puderam mais manter essas roças porque as terras foram sendo ocupadas pro fazendeiros e que uma última parcela teria sido vendida a um interessado pelo próprio chefe indígena. O artesanato, a pesca e os serviços como empregados domésticos eram as únicas formas de subsistência do grupo.



Imagem 02: Vista aérea da Aldeia e da cidade de Aruanã Go. (Disponível em: <www.google.com> em maio de 2008).

A partir de meados da década de 1980 há uma intensificação do turismo na cidade em função do Rio Araguaia. As atividades ligadas ao turismo tornam-se uma das principais fontes da economia do município e fonte de renda dos moradores. Diversos relatos indicam a grave degradação sócio-econômica da comunidade karajá naquele momento, marcada por situações de alcoolismo e prostituição.

Os investimentos turísticos na cidade de Aruanã com diversas pousadas, guarda-barcos, hotéis e casas trazem grandes transformações na vida de seus moradores. As praias e ruas ficam lotadas de turistas durante a temporada de julho e feriados, alterando drasticamente o cotidiano e a sustentabilidade da comunidade. Diante de um quadro de marginalização extrema que se acentua bastante a partir da década de 1980, a comunidade passa a ser vinculada pela população envolvente com casos de criminalidade relacionados com os altos níveis de alcoolismo, prostituição e miséria extrema na aldeia.

Em 1986 a Funai realizou visitas técnicas para analisar a situação dos karajá. Nessa época Aruana já contava com 25 mil habitantes e os karajá apenas cerca de 26 pessoas. Segundo relatos dos índios cerca de 15 pessoas haviam se mudado para outras regiões devido à precariedade das condições de vida em Aruana. Os karajá freqüentavam a Escola Estadual, mas a evasão escolar era alta e nenhum índio havia concluído o curso ginasial. Documentos da Funai propunham a formalização de lotes de terras para as famílias remanescentes. Em 1991 o cacique Raul Hawakati envia carta ao presidente da Funai, Sidney Possuelo solicitando providencias para a garantia da terra e apoio para a preservação da língua

... a nossa preocupação da comunidade de Aruanã é a respeito de nossa terra. Nossas casas estão cercadas por uma tela de arame e não temos espaço para colocar nossos filhos que vão casando. O problema da terra está muito grave. Não temos lugar para fazer roça. Os meninos estão perdendo o costume de falar nossa língua... nosso cemitério foi violentado... nossos parente mortos foram jogados no rio e nem mais temos o direito de enterrar nossa gente como faziam os velhos... (Carta do Cacique Hawakati apud PORTELA, Cristiane de Assis. Nem ressurgidos nem emergentes: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006. p.233, Dissertação de Mestrado em História).



Imagem 03: Cacique Raul (acervo do autor, 2007).

Em 1991 foi instituído um Posto Indígena da Funai. Essas ações coincidem com a Eco 92 e com a nova Constituição de 1988 que trouxe profundas modificações na política indigenista e que dão maior visibilidade às questões ambientais envolvendo povos indígenas.

O que parecia ser um contexto de degradação que conduziria a um abandono do referencial indígena, a exemplo de outros fenômenos de fortalecimento da identidade étnica na contemporaneidade, converte-se em uma rearticulação política da aldeia de Buridina, surpreendendo a população de Aruanã na década de 1990. Dois eventos são enfatizados pela comunidade: a demarcação das terras tradicionais e a implantação do projeto de educação e cultura indígena Maurehi.



Imagem 04: Escola indígena Maurehi (acervo do autor, 2007).



Imagem 05: Loja de venda de artesanato do Projeto Maurehi (acervo do autor, 2007).

Conforme Portela (2006) houve uma rearticulação da relação da comunidade com a história, buscando em 2 traços culturais possíveis (uso da língua materna karaja e o artesanato como sustentabilidade) como elementos de re-construção da identidade indígena, positivamente reforça em detrimento dos diversos estereótipos atribuídos pela população regional.



Imagem 06: Crianças da escola indígena Maurehi em atividades recreativas em 2007 (acervo do autor, 2007).

Além da reestruturação física da aldeia com a reconstrução de todas as casas, aconteceu a construção de um centro cultural que comporta uma loja de artesanato e um museu e de uma escola indígena que inicialmente visava estudar a língua karajá e possibilitar o aprendizado do artesanato tradicional.

Depois de longas décadas, os índios karajá da aldeia Buridina voltaram a viver mais independentes, como haviam sido em no passado. Espremidos em um pequeno pedaço de terra, dentro da cidade de Aruanã (GO), eles reocuparam seu território sagrado, que foi expropriado pelas frentes de expansão ao longo dos anos. Com a recuperação de suas terras, agora os índios estão em processo acelerado de revitalização da língua e da rica cultura karajá, quase perdidas após o convívio forçado com os não-índios.

Essas mudanças só foram possíveis graças aos chamados processos de territorialização²[1] levados a cabo por diferentes agentes coloniais como SPI, ONGs, a Funai por meio da sua Administração Regional em Goiânia e Ministério Público Federal, que deu garantias para que os índios pudessem ser reconduzidos à Terra Indígena Karajá de Aruanã III.

Em 1996 foram decretadas três áreas de posse permanente: o território da aldeia, outro terreno próximo e uma área alagada do outro lado do rio. A recuperação de Aricá, ou Aruanã III, enfrentou muitas resistências. Em agosto de 2004, por exemplo, políticos locais organizaram uma manifestação contra os índios Karajá da Aldeia Buridina (Karajá de Aruanã I), em oposição ao direito dos índios de exercerem o usufruto das três glebas (Karajá de Aruanã I, II e III), demarcadas em meados do ano 2000 por decreto do Presidente da República. A prefeita à época arregimentou a população local para uma passeata contra a demarcação e re-ocupação da área. Antes que os ânimos serenassem, a Sede



do Posto Indígena teve suas dependências invadidas e roubadas por duas vezes e os funcionários foram ameaçados. A principal resistência encontrada pelos índios, no entanto, foi de um ocupante de má-fé. Quando a terra foi demarcada, ele ainda não era proprietário e, mesmo sabendo que era uma terra indígena, comprou a terra de terceiros. Dizendo-se coronel aposentado, recusava-se a sair e não permitia sequer que a equipe da Funai promovesse a avaliação das benfeitorias existentes em sua posse. Conforme o então chefe do Posto Indígena Aruanã, Zeilto da Mata, o “coronel” espalhava na cidade que se os índios entrassem na área, morreriam.



Imagem 07: Vista aérea da Área Indígena Aruanã (Disponível em: <www.google.com> em maio de 2008).



Imagem 08: Vista aérea da Terra Indígena Aruanã III (Disponível em: <www.google.com> em maio de 2008).

Com a retomada dessas terras, materializou-se o sonho daquele grupo de retornar às suas terras tradicionais, dando condições dignas e indispensáveis para viver como povo diferenciado.

Para os índios, a reocupação da Terra Indígena Karajá de Aruanã III (Aricá) foi uma possibilidade de recuperar a cultura. Narúbia Karajá, professora de informática na aldeia, reforça esse pensamento: “Com certeza, a retomada das terras foi muito importante.



Imagem 09: Imagem sede da fazenda existente em Aruanã III (acervo do autor, 2007).

O pessoal estava sufocado. Agora, as lideranças se esforçam para a recuperar a língua. Mesmo a terra indígena que foi demarcada, ainda existem 10 casas de veraneio e uma escola estadual aguardando seja medidas administrativa ou judiciais para a desocupação definitiva da área. Mantém-se uma espécie de guerra surda entre índios e não-índios. Os índios são desejados enquanto símbolo de brasilidade e atração turística para a cidade e odiados como incômodos vizinhos que exploram os moradores ou os ameaçam em seu *status quo* no que se refere às reivindicações de porções de terras atualmente ocupadas por mansões, atracadouros, hotéis, bares, restaurante e supermercados. Os casamentos interétnicos existentes normalmente são com não-índios provenientes de outras cidades, muitos poucos karajá se casam com moradores de Aruana. Os índios possuem sua escola bilíngüe intercultural e optaram por freqüentar essa escola em detrimento do colégio estadual existente em suas terras.

Considerações Finais

Para Sahlins (1997) a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia. Toda mudança também é reprodução cultural. Essa é uma “leitura apropriada” para entendermos a historia dos karaja de Buridina por focalizar uma perspectiva dinâmica que não compartimentalizar temporalidade (passado e presente como momentos destoantes). Esse poder de transformação que os “signos em ação” têm, são decorrentes do que ele denomina como “estrutura da conjuntura” que consiste no conjunto das relações históricas que a um só tempo, podem



produzir categorias culturais tradicionais ou atribuir-lhes novos valores a partir do que exige o contexto. A partir da mobilidade da “estrutura conjuntura” esse autor conclui que as culturas diferentes possuem historicidades diferentes.

A trajetória desses índios segue uma lógica de certa forma semelhante à de inúmeros povos indígenas: foram sendo apagados e invisibilizados, diluídos inicialmente entre árvores (a natureza, os animais) e posteriormente, entre esquecimentos (pobres e despossuídos) e preconceitos (prostituídos, doentes, passíveis de transferência, destituídos da condição de índios).

Oliveira Filho (1998,1990) ao estudar as situações indígenas do nordeste brasileiro e os processos de “etnogênese”, ajuda-nos a entender os acontecimentos ocorridos entre os karaja de Buridina. Contra uma espécie de etnologia das perdas esse autor propõe outra maneira de conceber as “etnogeneses” e outros processos identitários. Propõe perceber a existência de um fato histórico, a presença colonial (aldeamento, presídio, criação de reservas, postos indígenas, reconhecimento oficial das terras), que instaura uma nova relação da sociedade com o território deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural. A idéia de territorialização relaciona-se à etnicidade, que supõe necessariamente uma trajetória que é histórica e determinada por muitos fatores e uma origem que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a se acoplar. O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade. O autor usa a expressão “viagem de volta” (a carta ao Presidente da Funai feita pelas lideranças, pode ser vista como um exemplo que como se articula essa volta) para analisar processos de ressurgimento étnicos. Segundo Oliveira Filho, é através da elaboração de utopias religiosas, morais ou políticas (como foi o caso das cartas endereçadas à Funai e da construção do centro de cultura Marurehi) que ocorre a superação da contradição entre os objetivos históricos e o sentimento de lealdade às origens transformando a identidade étnica em uma prática social efetiva. Esses episódios se inserem no contexto descrito por Sahlins como sendo a capacidade indígena de reelaborar culturalmente suas histórias, mesmo a partir de situações que lhes são desfavoráveis. Esse tipo de autoconsciência cultural, conjugado à exigência política de um espaço indígena dentro da sociedade mais ampla, é um fenômeno mundial característico do fim do século XX. As antigas vítimas do colonialismo e do imperialismo redescobriram sua cultura. Por muito e muito tempo os seres humanos “fizeram” cultura sem falar em cultura, não era preciso sabê-lo, pois bastava vivê-la. E eis que, de repente, a cultura se tornou uma valor objetivado e, também o objeto de uma guerra de vida ou morte...a cultura, a palavra mesma ou algum equivalente local, está na boca do povo, sobretudo no contexto das forças nacionais e globais que ameaçam os modos tradicionais de existência dos povos (SAHLINS, 1997). Uma objetivação da cultura ocorrida na década de 1990 foi um fator decisivo para a transformação histórica dos karajá de Buridina. Devemos, portanto, ver os acontecimentos desse povo não como simples ressurgimentos étnicos, mas como parte de “grandes projetos identitários” do mundo contemporâneo, inseridos no contexto da globalização. Como observa Agier (2001), as evoluções sociais e políticas das últimas décadas impõem um objeto empírico relativamente novo para a antropologia e para a história, o dos grandes empreendimentos identitários que tendem a substituir antigas tribos, aldeias perdidas e outras etnias por atitudes de retorno, recolhimento identitário...inovações, invenções, mestiçagem e uma grande abertura para o presente. São partes da globalização contra-hegemônica e podem ser vistos como fenômenos plenamente representativos da contemporaneidade.

Foi absolutamente decisivo o papel de líderes como Raul Hawkati ao elaborar a carta endereçada ao Presidente da Funai, o engajamento da comunidade no Projeto Maurehi e



em outras ações para obter o reconhecimento e a demarcação de suas terras. Esses eventos configuraram-se como uma verdadeira romaria política, que instituiu mecanismos de representação, alianças externas, elaboraram e divulgaram projetos de futuro, cristalizaram internamente os interesses dispersos fazendo com que muitos karajá retornassem para Buridina e, fizeram nascer uma unidade política antes praticamente inexistente, ressignificando e atualizando seus processos identitários. Essas ações só assumiram tal significação porque os líderes também atuaram em uma outra dimensão, realizando outras viagens, que foram peregrinações no sentido religioso, voltadas para a reafirmação de valores morais e de crenças fundamentais que fornecem as bases de possibilidade de uma existência coletiva como os “intercâmbios” com os parentes da Ilha do Bananal. Hoje os karajá de Buridina têm poucos problemas de alcoolismo, orgulho de pertencimento a uma etnicidade vista positivamente e, em muitos aspectos são agora os guardiões da cultura karajá. Mas os problemas e a luta contra os preconceitos persistem...

Nota

- ¹ Pesquisas da antropóloga Wust (1975) comprovaram a existência dessa aldeia. Cf. PORTELA, Cristiane de Assis. *Nem ressurgidos nem emergentes: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006. p.233 (Dissertação de Mestrado em História).

Referências

- AGIER, Michel. Distúrbios indentitários em tempos de globalização. IN: *Mana* 7(2): 7-33, 2001.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. IN: *Mana* 3(2): 7-38, 1997.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HOBBSBAWN, E. J.; RANGER, T. (Orgs.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *Mana* 4(10): 41-77, 1998).
- PORTELA, Cristiane de Assis. *Nem ressurgidos nem emergentes: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006. p.233 (Dissertação de Mestrado em História).
- ROCHA, Leandro. *O Estado e os índios: Goiás 1850-1889*. 1. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1998. 120 p.
- SAHLINS, M. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997

* Doutorado em Histoire des Societes Latinoamericaines - Universite de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1996) e Pós-Doutorado na Université de La Rochelle. Graduação em História pela Universidade de Brasília. Mestrado em História pela Universidade de Brasília. Professor Associado I da Universidade Federal de Goiás.

